

## Novas regras para demissão de servidores vão à sanção

Projeto que regulamenta o desligamento de funcionários estáveis, com base no excesso de despesa, foi aprovado ontem em plenário por 43 votos a 20. Demissões terão de ser precedidas por ato normativo que estabeleça critério a ser observado



O plenário aprovou ontem, por 43 votos a 20, projeto de lei da Câmara que fixa normas para a demissão de servidores públicos estáveis com base no excesso de despesa. De acordo com a proposta, as demissões deverão ser precedidas por ato normativo do respectivo chefe de poder – Executivo, Legislativo ou Judiciário – que defina qual dos três critérios venha a ser escolhido para as exonerações: menor tempo de serviço público, maior remuneração ou menor idade. O projeto, que regulamenta a reforma administrativa, foi aprovado sem emendas e será enviado diretamente à sanção presidencial.

PÁGINA 4

**Fim dos juros de 12% passa em segundo turno**

PÁGINA 5

### CPI DOS BANCOS



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou da reunião em que foi ouvido Andrade Vieira

## Andrade Vieira diz que BC prejudicou Bamerindus

O ex-controlador do Banco Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, culpou ontem o Banco Central por problemas enfrentados pela empresa. "Saíram boatos de dentro do BC que prejudicaram o Bamerindus", disse Vieira em depoimento à CPI do Sistema Financeiro.

PÁGINA 7

# Indicação para PF encerra crise, diz ACM

Presidente do Senado não acredita que polêmica sobre nomeação para a Polícia Federal abale aliança partidária que dá sustentação parlamentar ao governo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem acreditar que a escolha feita pelo presidente da República para o cargo de diretor do Departamento de Polícia Federal (DPF) encerra a crise política que se havia formado em torno do nome do novo dirigente do órgão.

Na avaliação do senador, a aliança partidária que dá sustentação parlamentar ao governo no Congresso Nacional não deverá sofrer qualquer abalo com esse episódio.

Antonio Carlos entende, ainda, que as votações de matérias de interesse do Executivo não deverão enfrentar nenhum problema por

conta da polêmica que envolveu a nomeação do novo diretor da Polícia Federal até a escolha, para ocupar o cargo, do atual secretário de Segurança de Roraima, João Baptista Campello.

## REFORMA DO JUDICIÁRIO

O presidente do Senado criticou a posição adotada pelo pre-

sidente da Câmara, Michel Temer, a respeito da condução da reforma do Judiciário:

– Discordo inteiramente do presidente da Câmara. Acho que ele não está agindo como deve. Como presidente, deve ter uma postura melhor, não pode estar interferindo, sobretudo porque é advogado – disse.

## Plenário vota crédito para o Piauí

O Senado discute hoje, em turno único, projeto de resolução que autoriza a União e o estado do Piauí a realizarem operação de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. Relatado na Comissão de Assuntos Econômicos pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto prevê a intervenção, nessa operação, do Banco do Estado do Piauí, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central.

Também relatado pelo senador Lúcio Alcântara, será discutido em turno único projeto que autoriza a Prefeitura Municipal de Itajubá (MG) a contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), no valor de R\$1,8 milhão. Os recursos se destinam a obras de infra-estrutura urbana do município.

Aguardam ainda aprovação pelo plenário os textos dos acordos sobre Transporte Aéreo e sobre Cooperação Técnica, celebrados entre o governo brasileiro e o governo da Costa Rica, em 1997. São relatores dessas matérias os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Moreira Mendes (PFL-RO), ambos com pareceres favoráveis.



Senador Antonio Carlos Magalhães participou da solenidade de lançamento do livro *Afonso Arinos no Congresso*

## Senado lança livro com discursos de Afonso Arinos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou ontem da solenidade de lançamento do livro *Afonso Arinos no Congresso*, uma coleção dos cem melhores discursos do parlamentar – falecido em 1990 –, em edição da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Autor da apresentação do volume, Antonio Carlos disse que o homenageado foi “um dos maiores homens públicos que o Brasil já teve”, e ressaltou, além das qualidades morais e das inúmeras demonstrações de civismo, a perfeição da forma, alcançada por Arinos em seus escritos, e o impacto que conseguia como orador.

– A figura de Afonso Arinos continua a inspirar o Congresso Nacional, iluminando, nos momentos de trevas, a ação dos homens públicos brasileiros – afirma o presidente do Senado no prefácio do livro.

Para Antonio Carlos, a obra será “leitura obrigatória para quem quiser conhecer o Brasil contemporâneo”. O livro tem mais de mil páginas, entre textos e fotos de época, com organização e estudo introdutório do embaixador Afonso Arinos, filho, que agradeceu “a apresentação magistral e generosa” feita pelo senador, e salientou que a coletânea traz informações sobre “épocas tempestuosas da

história recente do Brasil, pela voz de um dos seus principais atores e testemunhas”.

O primeiro discurso é de 1947, quando Arinos era deputado federal por Minas Gerais. Trata-se de uma homenagem ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt. O último, sobre o bicentenário da Inconfidência Mineira, é de 1989, quando Arinos representava o Rio de Janeiro no Senado.

Arinos foi também ministro das Relações Exteriores, em 1961. Jurista de renome, teve papel de destaque nos trabalhos da Assembleia Constituinte. Morreu em agosto de 1990, aos 84 anos.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária  
▶ 11h30 - Participa de cerimônia de sanção do projeto de lei que cria o Ministério da Defesa. *Palácio do Planalto - 2º andar*

### PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PR nº 62/99, que autoriza a União e o estado do Piauí, com a intervenção do Banco do Estado do Piauí S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, a realizarem operação de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; \*PR nº 63/99, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itajubá a contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, no valor de R\$ 1,865 milhão, destinado-se os recursos às obras de infra-estrutura urbana do município; \*PDL nº 10/99, que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo, celebrado entre Brasil e Costa Rica; e \*PDL nº 11/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre Brasil e Costa Rica.

### COMISSÕES

Quinta-feira (10.6.99)  
▶ 10h - Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos  
Audiência pública: A Agricultura Brasileira e a Biotecnologia  
Convidados: Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Francisco Sérgio Turra, ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento; José Sarney Filho, ministro de Estado do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; Antônio Paes de Carvalho, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia; Antônio Ernesto Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Luiz Carlos Suplicy Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira; e representante da Organização das Cooperativas Brasileiras, Ivo Carrara.  
Local: *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

▶ 10h - CPI do Judiciário  
Pauta: Dr. Moisés Szmer - TRT/RJ e Dra. Anna Brito da Rocha Acker - Juíza do TRT/RJ  
Local: *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

### ESPECIAL

Seminário: “Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas”  
▶ Horário: 9h às 18h  
Período: 8, 9 e 10 de junho  
Local: *Auditório Petrônio Portella*

### PREVISÃO DA SEMANA

▶ Sexta-feira (11.6.99)  
9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Procurador confirma irregularidades em alvarás de soltura no Amazonas

João Bosco Sá Valente diz à CPI do Judiciário que desembargador usava alegações jurídicas “totalmente inconsistentes” para justificar concessão de *habeas corpus* a traficantes

Irregularidades na concessão de alvarás de soltura pelo Tribunal de Justiça do Amazonas foram con-

firmadas pelo procurador de Justiça João Bosco Sá Valente, em depoimento prestado ontem à CPI do Judiciário. O procurador, que trabalha junto à 1ª Câmara Criminal do tribunal, contou que o desembargador Daniel Ferreira da Silva intercedeu diversas vezes em favor da concessão de *habeas corpus* para traficantes de drogas, segundo ele “sem fundamento legal”.

– Mesmo sendo titular da 2ª Câmara, ele se imiscuía no trabalho da 1ª Câmara para conceder alvarás, utilizando-se de alegações jurídicas totalmente inconsistentes – relatou.

Conforme o depoente, o desembargador Daniel Ferreira da Silva usou o argumento da excludente de criminalidade para justificar a concessão de alvarás de soltura. De acordo com o Código Penal, a ocorrência de legítima defesa, o estado de necessi-



dade e o cumprimento do dever legal são motivos que excluem a existência de crime. “Utilizar esse argumento quando se trata de traficantes é ina-

ceitável”, opinou João Bosco Sá Valente.

O procurador disse também que, em algumas ocasiões, os presos foram soltos antes que o Ministério Público se pronunciasse. “Os *habeas corpus* e r a m expedi-

dos sem que o MP tivesse oportunidade de opinar sobre a situação dos presos. Meus pareceres eram, e ainda são, invariavelmente contrários aos traficantes, quer pela natureza do crime, quer pela forma como eles procedem, quer pela fundamentação jurídica do processo”, afirmou o procurador.

A participação nos processos



João Bosco Sá Valente afirma que, em algumas ocasiões, os presos foram soltos antes que o Ministério Público se pronunciasse

da advogada Maria José Menescal é suspeita, na opinião do procurador. Ele apresentou à CPI documentos nos quais Maria José Menescal consta como estagiária de Direito. “Pode ser que ela tenha se regularizado na OAB e eu não saiba”, salientou.

João Bosco Sá Valente criticou o uso da correição parcial pelo desembargador Daniel Ferreira

da Silva como recurso para conseguir os alvarás. O procurador disse que a correição parcial só pode ser alegada contra decisões de procedimento, quando não há discussão de mérito. “Quando há auto de prisão em flagrante, não pode ser feita correição parcial, já que para manifestações de cunho decisório não cabe correição”, explicou.

## CPI ouve hoje juízes do TRT-RJ

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário se reúne hoje, às 10h, para ouvir os juízes Moisés Szmer e Anna Britto da Rocha Acker, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Eles deverão falar sobre as denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, durante a gestão do presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994. Com relação a esse caso, os senadores aprovaram ontem a convocação das advogadas Nair Aparecida e Ana Wainstock.

A CPI aprovou ainda a convocação do contador do Centro de Orientação do Menor de Jundiaí, Esdras Carvalho, que depõe sobre o caso das adoções naquele município paulista. Falará também à CPI Antonio Almério Ferreira Marra, que vendeu um terreno para construção de sede do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

Sobre o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, que teria tido a herança deixada por seu pai dilapidada quando era administrada pela Justiça do Distrito Federal, deverá depor o inspetor judicial Roberto Jorge Dino.

## Comissão de Orçamento aprova recursos para Banco da Terra

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei do Executivo, relatado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG), que destina suplementação de crédito orçamentário no valor de R\$ 20 milhões para o Banco da Terra. Também foram aprovados pareceres favoráveis a dois projetos: um que concede R\$ 24,42 milhões para a construção do trecho Calafate-Barreiro do metrô de Belo Horizonte, e outro que assegura R\$ 18,15 milhões para a conclusão da BR-174, ligando a divisa do Amazonas com Roraima até o marco BV-8. Os recursos serão empregados basicamente na construção de pontes. As matéri-

as dependem ainda de deliberação do plenário do Congresso.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) encaminhou voto em separado favorável à liberação dos recursos para a rodovia, mas salientou que vai fiscalizar a obra e cobrar do Tribunal de Contas da União (TCU) a avaliação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) lembrou que a BR-174, uma estrada federal, teve 70% – ou 340 quilômetros – de sua construção executados com recursos do estado de Roraima e que é preciso uma fiscalização constante do DNER para que as especificações corretas nesse



Comissão Mista de Orçamento aprovou também recursos para o metrô de Belo Horizonte e a BR-174

tipo de obra sejam garantidas.

Foi indeferido pelo presidente da CMO, deputado Lael Varela (PFL-MG), requerimento apresentado por deputados do PT que solicitava a substituição do relator

do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2000, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), “para preservar a comissão de possíveis especulações”. Varela explicou que a substitui-

ção do relator é uma atribuição exclusiva do líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), e que a presidência da comissão não tem competência para isso.

# Definidas normas para demissão de servidores

Projeto, que agora será enviado para sanção, inclui o tempo de serviço, o valor da remuneração, a idade e o número de dependentes entre os critérios a serem usados para dispensar funcionários públicos estáveis

Por 43 votos favoráveis e 20 contra, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara fixando normas para a demissão de servidores públicos estáveis com base no excesso de despesa. Emendas e destaques para votação em separado foram rejeitados. O projeto seguirá direto à sanção presidencial.

O projeto integra um conjunto de propostas regulamentadoras da reforma administrativa e regula "a última etapa de um processo de redução de gastos com pessoal", segundo o senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no plenário.

Pelas regras contidas no projeto aprovado, as demissões deverão ser precedidas de ato normativo do respectivo chefe de poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) das unidades federadas (União, estados e mu-

nicipios). O ato normativo, entre outras especificações, deverá definir qual dos três critérios foi escolhido para as exonerações: menor tempo de serviço público, maior remuneração ou menor idade. O critério adotado poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes.

Segundo Francelino, antes de recorrer à exoneração de servidores estáveis para cumprir os limites constitucionais de despesas com pessoal, governadores e prefeitos poderão reduzir o expediente a um único turno, limitando os vencimentos a 2/3 da remuneração original. Além disso, eles poderão reduzir os cargos em comissão e as funções gratificadas em até 20% e, a partir da primeira avaliação de desempenho, demitir os servidores que não corresponderem às necessidades de serviço. Nesse último caso, o projeto correspondente



Com os votos favoráveis de 43 senadores, o projeto foi aprovado sob os protestos da oposição

ainda está em tramitação na Câmara.

O administrador "competente e bem intencionado", na opinião do relator, terá quase dois anos – até 31 de maio de 2001 – para atingir os 60% da receita líquida corrente fixa-

dos como limite máximo de gastos com pessoal por lei complementar aprovada no final de maio.

Francelino justificou a rejeição de todas as emendas apresentadas ao projeto pelos senadores afir-

mando que, se a lei detalhasse "critérios e mais critérios de dispensa de servidores estáveis, estaria na prática inibindo a capacidade de regulamentação dos demais entes da Federação".

## Senadores apontam falhas no projeto

De 12 senadores que se manifestaram no encaminhamento da votação do projeto de lei que fixa critérios para a demissão de servidores estáveis da União, estados e municípios, nove se manifestaram contra a matéria. Entre os senadores da base partidária do governo no Congresso, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) antecipou argumentos apresentados pelo relator, Francelino Pereira (PFL-MG), e apresentou emenda de plenário para retirar do projeto o termo "lei especial" contido em suposta "lei especial" que regulamentará as carreiras típicas de Estado.

Para Alcântara, José Eduardo Dutra (PT-SE) teve toda razão em apontar o erro, pois "isto de lei especial não existe". A emenda foi rejeitada pelo plenário, para que o projeto não tivesse que ser submetido a nova deliberação da Câmara.

### EQUÍVOCO

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que o projeto do Executivo, com visão equivocada ou interessada no puro e simples desmonte do Estado, parte da premissa de que o funcionalismo público representa despesa e não investimento. Ele também criticou o fato de o

governo não distinguir os funcionários concursados daqueles que adquiriram estabilidade no serviço público por outros meios.

Na apreciação do projeto, conforme disse José Eduardo Dutra, o Senado teria se limitado a papel meramente cartorial, "por decisão de sua maioria". A natureza das regras para demissão de servidores seria também "patrimonialista", dado que não se limitam gastos com o pagamento de serviços prestados por terceiros ao setor público.

Já para Álvaro Dias (PSDB-PR), a intenção do governo foi dar instrumentos legais para que estados e municípios tenham condições de

cumprir a Lei Camata. Quanto à crítica à possibilidade de terceirização dos serviços, ele assegurou que há entendimento entre a bancada do PSDB e o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, no sentido de o governo enviar outro projeto de lei especificando mecanismos que impeçam aumento de despesas com a contratação de terceiros.

### JUSTIÇA SOCIAL

Os critérios de menor idade e maiores salários, por exemplo, foram considerados por Sebastião Rocha (PDT-AP) como aleatórios e sem qualquer perspectiva de justiça social. Emília Fernandes (PDT-RS) também destacou a "arbitrariedade"

de" das normas, questionando se algum funcionário público terá tranquilidade para trabalhar a partir da sanção do projeto.

O senador Lauro Campos (PT-DF) ressaltou que nenhum país capitalista desenvolveu-se sem registrar déficit público. "O equilíbrio orçamentário é incompatível com o capitalismo", disse. Amir Lando (PMDB-RO) manifestou a opinião de que o Congresso estaria sendo muito complacente – e o Senado, "genuflexo" – com o Executivo ao admitir demissões por ato normativo e não através de leis específicas.

### MODELO

Marina Silva (PT-AC) salientou que

tanto a reforma administrativa como os projetos que a regulamentam foram justificados em nome da substituição de um modelo patrimonial por um modelo gerencial. A omissão quanto à terceirização de serviços não seria propriamente gerencial, alegou. Em outra crítica, a senadora afirmou que os critérios para as demissões são inconstitucionais, dado que todos devem ser iguais perante a lei e, portanto, não podem sofrer discriminações, a qualquer título, como o projeto faz com relação a idade, remuneração e número de filhos.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), se os estados e municípios estão falidos, não é por conta das despesas com pessoal, mas da redução dos repasses constitucionais decorrente da instituição do Fundo de Estabilização Fiscal, da Lei Kandir e da política de altas taxas de juros.

Heloísa Helena (PT-AL) leu trechos dos objetivos para a administração pública buscados pelo então candidato a presidente Fernando Henrique Cardoso.

Lamentando a falta de leis contra estelionatos eleitorais, afirmou que o estado de Alagoas, sempre citado como um dos que têm folhas de pessoal ultrapassando 80% da receita líquida corrente, gasta com os servidores públicos do Executivo estadual cerca de 32%. Ao não fixar limites para os gastos dos poderes Legislativo e Judiciário, as regras afinal aprovadas também não resolveriam o problema, a seu ver.

## AS NOVAS REGRAS

• Estados, municípios e governo federal expedirão atos normativos com o objetivo de definir os critérios a serem usados para as demissões por excesso de despesas. Essas normas serão baixadas pelo respectivo chefe de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário).



• Tais atos definirão qual dos seguintes critérios prevalecerá: menor tempo de serviço público, maior remuneração ou menor idade. Como critério complementar, será levado em conta o menor número de dependentes.

• Antes de recorrerem à exoneração de funcionários estáveis, os governos municipais, estaduais e federal poderão reduzir o expediente a turno único, limitando os vencimentos a dois terços do valor anterior.



• Os cortes do pessoal estável também poderão ser precedidos por outras medidas, como a redução dos cargos em comissão em até 20% e a dispensa de servidores que forem reprovados em avaliação de desempenho.

## Machado propõe atribuir a partidos decisão sobre prazo de filiação

Os partidos devem ser os responsáveis pela definição dos critérios de filiação partidária e domicílio eleitoral. Com este argumento, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) apresentou projeto determinando que, para concorrer às eleições, o candidato deverá estar filiado ao partido pelo tempo fixado nos respectivos estatutos.

Encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será examinado em caráter terminativo, o projeto também dispõe que os estatutos dos partidos poderão contemplar exigências de domicílio eleitoral. Ao defender a matéria, Sérgio Machado disse que toda tentativa legal de impor aos partidos prazos de filiação e exigência de domicílio eleitoral é uma intromissão indebita, que não deve prosseguir.

– Intervir na vida partidária, a rigor, é cercear a liberdade e, principalmente, a ação da própria cidadania. Afinal, partido político é expressão da própria cidadania e não do Estado – afirmou.

Ele explicou que os institutos de filiação partidária e do domicílio, previstos em lei, não fazem parte da



Sérgio Machado considera "intromissão indebita" impor aos partidos prazos de filiação

tradição democrática brasileira. "Na verdade, foram incorporados ao cotidiano político pelas mãos do regime militar, sempre em nome de razões de Estado", observou.

Sérgio Machado considera estranho que, em plena vigência do regime democrático, arcabouços jurídicos da ditadura ainda sejam defendidos no Legislativo. Para ele, o pior é que recebam "o apoio de parlamentares que em outras ocasiões cerraram fileiras na luta contra o arbítrio".

## Projeto libera atuação política de servidor da Justiça Eleitoral

Foi distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que propõe mudança na legislação para permitir que servidores da Justiça Eleitoral possam pertencer a diretório de partido político ou exercer atividade partidária, o que atualmente lhes é vedado. A matéria, que será discutida e votada em caráter terminativo, tem como relator o senador Edison Lobão (PFL-MA).

O projeto de Alcântara quer a revogação do artigo 366 da Lei 4.737. Segundo o autor, "trata-se de restrição de direitos políticos que não poderia estar expressa em lei ordinária, uma vez que se traduz em limitação daquilo que é garantido a todos os brasileiros pela Carta Magna".

O senador propõe que se retire da lei o dispositivo responsável por um impedimento "que não atinge sequer os membros do Ministério Público". As restrições a que estão submetidos os servidores da Justiça



Lúcio Alcântara diz que lei ordinária limita garantia prevista na Constituição

Eleitoral significam "a cassação dos direitos políticos de um grupo de cidadãos ao arripio da nossa Lei Maior", observa Alcântara.

O autor do projeto ressalta que os servidores da Justiça Eleitoral continuarão submetidos à vedação da prática de atividades incompatíveis com o exercício do respectivo cargo, determinada pelo seu Estatuto, "que parece suficiente para impedir qualquer abuso".

# Aprovada em segundo turno revogação do limite para juros

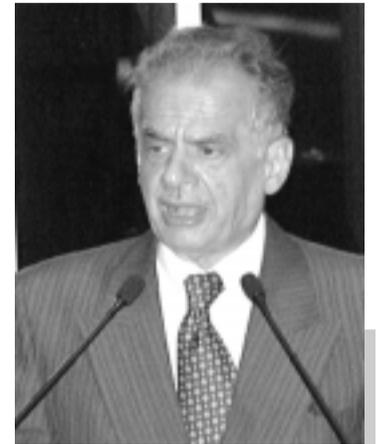
Substitutivo acolhido pelo plenário permite regulamentação do sistema financeiro por várias leis complementares

Por 54 votos favoráveis, seis contra e três abstenções, o Senado reiterou ontem, em votação de segundo turno, a decisão de revogar dispositivo constitucional que limita as taxas de juros anuais do país ao máximo de 12%. A proposta de emenda constitucional, de autoria do senador licenciado José Serra, foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e também estabelece que a regulamentação do sistema financeiro nacional, nele incluídas as cooperativas de crédito, poderá ser feita através de várias leis complementares e não através de uma única, como estabelece a Constituição promulgada em 1988. A PEC foi remetida à CCI para elaboração da redação final que, aprovada pelo plenário, deverá ser remetida à Câmara dos Deputados.

Em outra votação – 54 votos favoráveis, três contra e duas abstenções – o plenário acompanhou decisão tomada ontem de manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer do senador Jefferson Péres favorável a emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à PEC. Pela proposta de Simon, a ressalva de que o sistema financeiro será "estruturado de



Substitutivo de Jefferson Péres obteve aprovação do plenário do Senado



Emenda de Simon mantém vínculo do sistema financeiro com interesses da coletividade

forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade" volta a integrar o texto da proposta, mantendo o que já está previsto na Constituição.

Durante o segundo turno de discussão e votação, são permitidas apenas emendas que não envolvam o mérito da proposta. Tal norma do Regimento Interno levou os senadores da CCJ, sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), a debater essa questão preliminar, para saber se poderiam aceitar a emenda de Simon. Depois de

ouvir apelos dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Romeu Tuma (PFL-SP), Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Eduardo Dutra (PT-SE), além do autor da proposta, Jefferson resolveu retirar o questionamento regimental e aceitar a emenda.

– A proposta de Simon não interfere no mérito. A CPI do Sistema Financeiro está mostrando que o sistema financeiro nacional não está organizado de modo a servir aos interesses da comunidade. É temerário, neste momento, retirar essa expressão da Constituição – argumentou Dutra.

## Plenário aceita nomes para STJ e Cade

A indicação presidencial do nome de Paulo Benjamin Fragoço Gallotti para ocupar o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Romildo Bueno de Souza foi aprovada ontem pelo plenário do Senado.

Em outra deliberação, o plenário também concordou com a indicação de Mércio Felsky para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. Os pareceres favoráveis às indicações foram elaborados, respectivamente, pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Geraldo Althoff (PFL-SC).



José Jorge relatou acordo sobre turismo e Tião Viana sobre educação



## Confirmados acordos com a Jamaica

Através de dois projetos de decreto legislativo a serem promulgados pela Mesa do Senado, o plenário aprovou ontem os textos de dois acordos firmados entre o governo brasileiro e o governo da Jamaica. Num deles, com parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE), os dois países comprometem-se a desenvolver suas atividades turísticas em cenário de "integração hemisférica progressiva", trocando informações, desenvolvendo promoções conjuntas, transferindo tecnologia turística e promovendo inter-

câmbio de especialistas e funcionários na área de turismo.

Pelo outro acordo, Brasil e Jamaica aprofundarão laços culturais e educacionais desenvolvendo ações de intercâmbio, estímulo à pesquisa, organização de eventos internacionais e parcerias em iniciativas culturais e educacionais. Conforme o parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC), o compromisso entre os dois países também prevê formas de monitoramento, acompanhamento e avaliação do acordo.

Mozarildo Cavalcanti sugere que a realização de concursos para a magistratura fique a cargo de instituições independentes



## Mozarildo propõe novas regras para concurso de juiz

As provas orais não poderão ter caráter eliminatório nos concursos para juiz, caso seja aprovado projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Além disso, propõe o senador, os concursos terão que ser realizados por instituições independentes de qualquer órgão do Poder Judiciário. O senador entende que as normas constitucionais que obrigam a realização de concurso de provas e títulos não garantiram a lisura no processo de seleção de magistrados.

– Os depoimentos na CPI do Judiciário têm sido de estarrecer quanto à figura do nepotismo e de artifícios os mais diversos para a escolha de

candidatos. Fala-se também que, em alguns estados, quem não for parente de magistrado ou não pertencer a determinadas famílias jamais ingressará nos quadros da magistratura – opinou o senador.

Mozarildo disse que a prova oral tem-se prestado a favorecimento a candidatos. “Por todas essas razões, e para preservar o Poder Judiciário de práticas que não condizem com os princípios da moralidade e da impessoalidade, é que apresentamos este projeto”, destacou. O projeto de lei será relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO).



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1999

1

Mensagem nº 122, de 1999 - Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Paulo Benjamin Fragoso Gallotti para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Romildo Bueno de Souza.

Resultado: aprovado. Votaram: sim, 55; não, 4; abstenção, 1. Total: 60. Será feita comunicação ao presidente da República.

2

Mensagem nº 120, de 1999 - Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Mércio Felsky para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Resultado: aprovado. Votaram: sim, 56; não, 3; abstenção, 3. Total: 62. Será feita comunicação ao presidente da República.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1999 - Presidente da República. Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.

Resultado: aprovado. Votaram: sim, 43; não, 20. Total: 63. À sanção.

4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997 - José Serra e outros. Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

Resultado: aprovado o substitutivo. Votaram: sim, 54; não, 6; abstenção, 3. Total: 63. Aprovada a Emenda nº 1, de Plenário. Votaram: sim, 52; não, 5; abstenção, 2. Total: 59. A matéria vai à CCI, para redação final.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1999. Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Jamaica, em Brasília, em 28 de agosto de 1997.

Resultado: aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1999. Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Jamaica, em Brasília, em 28 de agosto de 1997.

Resultado: aprovado. À promulgação.

Lidos e aprovados requerimentos de urgência para as seguintes matérias:

- Projeto de Resolução nº 58, de 1999, que altera a redação do inciso IV do § 1º do art. 2º da Resolução nº 78, de 1998; e

- Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1996, que dispõe sobre a indenização à companheira ou ao companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social.

As matérias constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

# Relatório parcial condena operação de venda de dólares

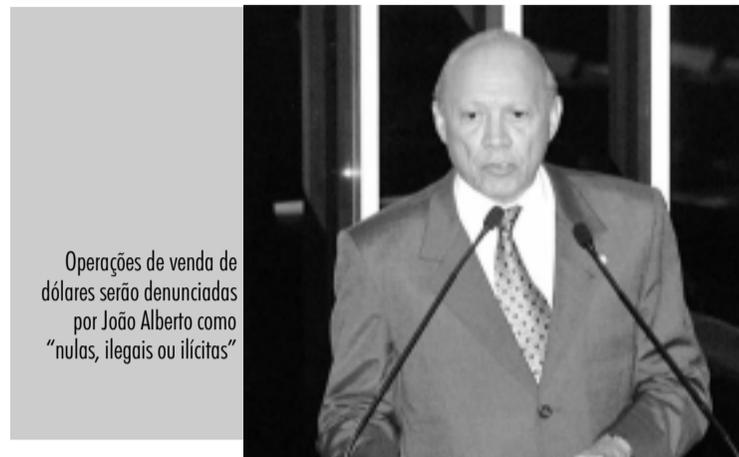
Relator deverá propor ressarcimento ao Banco Central de valor pago a menos por administradores dos bancos Marka e FonteCindam



O senador João Alberto (PMDB-MA) pode apresentar hoje seu relatório parcial sobre a venda

de dólares do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam. Realizadas nos dias 14 e 15 de janeiro, antes da desvalorização do real, as operações serão consideradas por João Alberto como “ou nulas, ou ilegais ou ilícitas”. É que a moeda estrangeira foi adquirida a preços favorecidos.

Desse modo, o senador irá propor que os ex-diretores do BC e os administradores do Marka e do FonteCindam devolvam ao Banco Central a diferença entre o valor pelo qual as divisas foram adquiridas e os preços de mercado, evitando prejuízo para os cofres públicos. O favorecimento aos dois bancos pode ter significado perda ao BC de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, segundo



Operações de venda de dólares serão denunciadas por João Alberto como “nulas, ilegais ou ilícitas”

cálculos de alguns senadores.

O relatório parcial de João Alberto poderá ser divulgado sem as informações provenientes da quebra dos sigilos bancário e telefônico dos envolvidos no escândalo. Os resultados das investigações ainda não estão prontos. “A assessoria jurídica da CPI está analisando como devemos enquadrar as operações com o Marka e o FonteCindam. Elas não foram corretas e a CPI vai pedir o ressarcimento”, explicou João Alberto.

Outro aspecto a ser destacado no relatório de João Alberto é a ausência de risco para o sistema financeiro no momento da ajuda aos bancos, razão alegada pelas autoridades do Banco Central para vender os dólares em condições especiais ao FonteCindam. “Meu relatório dirá que não existia risco sistêmico de quebra de instituições financeiras caso não ocorressem as vendas, ao contrário do que disseram à CPI diretores do BC”, esclareceu o senador.

## Comissão pode convocar para depor o advogado Marcos Malan

A CPI do Sistema Financeiro pode convocar o advogado Marcos Malan, irmão do ministro da Fazenda, para esclarecer se age como intermediário em operações do mercado financeiro e se tem conhecimento de caixa 2 em negociações de TDAs (Títulos da Dívida Agrária) feitas pelo Banco Sul América. Solicitação nesse sentido foi feita ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

O senador contou que, em março, o empresário Sérgio Frey, de sua cidade, recebeu notificação judicial porque,

junto com ele, reclamou por não ter o Banco Central acolhido queixa formulada contra negócios realizados pelo Banco Sul América com TDAs. “O empresário Sérgio Frey disse ter ouvido de advogado daquele banco que não adiantava fazer queixa ao BC porque o irmão do ministro trabalhava para o Ban-



Ernandes Amorim foi o autor do pedido de convocação do irmão do ministro da Fazenda

co Sul América”, disse Amorim.

O próprio senador afirma ter enviado correspondência ao Banco Sul América a fim de esclarecer essa negociação de TDAs, em que suspeita da utilização de caixa 2 e da omissão do BC em sua tarefa de fiscalizar. Ele também suspeita de tráfico de influência de ex-funcionários da

instituição e da participação do advogado Marcos Malan, daí por que acha que a CPI deve convocá-lo.

– Está instalada a CPI do Sistema Financeiro e o sr. Frey diz possuir gravação de conversa que informa sobre a existência de caixa 2 em negócios com TDAs e sobre o fato de que não adianta reclamar, porque o irmão do ministro trabalha para o grupo Sul América – argumentou Amorim em plenário.

Ele também observou que, sobre essa suspeita de tráfico de influência, presumivelmente realizada por Marcos Malan, o ex-senador Andrade Vieira afirmou ter o que dizer à CPI do Sistema Financeiro. (Veja matéria na página 7.) O senador estranhou a notícia de que parlamentares teriam aconselhado Andrade Vieira a não se manifestar. “Eu não acho que esta deva ser a atitude desta Casa. Ao contrário, precisamos é assegurar que quem tenha o que dizer diga sem temor”, opinou ele.

# Vieira acusa BC por dificuldades no Bamerindus

Ex-controlador do banco atribui problemas a boatos que teriam sido divulgados por diretores do Banco Central, a partir de junho de 1995. No segundo semestre daquele ano, as perdas teriam alcançado R\$ 7 bilhões

O ex-senador José Eduardo Andrade Vieira, ex-controlador do Bamerindus, acusou ontem, em depoimento à CPI do Sistema Financeiro, o Banco Central por ter levado seu banco a dificuldades. "Saíram boatos de dentro do Banco Central, ora difundidos por assessores, ora por diretor, que prejudicaram profundamente o Bamerindus", sustentou Andrade Vieira.

— Os boatos começaram em junho de 95, seis meses depois da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve boatos sobre outros bancos e o Banco Central desmentiu. No caso do Bamerindus, questionamos jornalistas que noticiavam sobre as dificuldades e eles não davam os nomes, mas afirmavam que eram pessoas importantes do Banco Central que passavam tudo. Mentira repetida acaba virando verdade. O Bamerindus, o segundo banco do país, foi se enfraquecendo por causa dos boatos. As perdas somaram R\$ 7 bilhões até dezembro de 95 — disse o ex-banqueiro.

Andrade Vieira informou que, antes da intervenção do BC no Bamerindus, em 26 de março de 1997, tentou negociar com o Banco Central a carteira com créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (diferença de pagamentos de mutuários de habitação e saldo devedor final). O BC só aceitava a carteira "com deságio alto, apesar de ter aceitado a mesma carteira de outros bancos com baixos deságios".

Informou ainda que, ao tentar

## Ex-ministro lembra que intercedeu por queda de juros

José Eduardo Andrade Vieira citou fatos que, a seu ver, talvez tenham provocado irritação no Banco Central. Quando era ministro da Indústria e do Comércio, sugeriu ao presidente Itamar Franco uma redução nas taxas de juros. Itamar promoveu uma reunião entre Andrade Vieira e a diretoria do BC, quando ouviu que suas idéias eram inviáveis. O presidente determinou então redução na taxa de juros "e não houve a crise que o Banco Central previa". Para ele, a partir daí começaram seus problemas com o BC.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Vieira desmentiu notícias publicadas nos últimos dias segundo as quais teria sido contatado pelo advogado Marcos Malan, irmão



Durante o depoimento, Andrade Vieira disse que os boatos supostamente espalhados por diretores do Banco Central teriam prejudicado "profundamente" o Bamerindus

renegociar com o BNDES uma dívida de R\$ 190 milhões da fábrica de papel e celulose Impacel, integrante do grupo Bamerindus, ouviu do então presidente da instituição, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que tinha ordens do BC para não negociar com o Bamerindus. Mais tarde, após a intervenção no banco, a Impacel foi vendida "por apenas 8 ou dez milhões de reais" e o comprador assumiu a dívida no BNDES. "Eles não renegociaram a dívida da Impacel quando fomos lá, mas renegociaram sem problemas com o novo dono", disse.

— Cabe a esta CPI investigar por que o Banco Central agiu desse jeito com o Bamerindus. Aquilo lá é uma caixa-preta e ninguém explica a ninguém as razões de suas decisões — lamentou o ex-senador.

do ministro da Fazenda, para uma negociação que levasse a uma saída para a crise do Bamerindus. O ex-banqueiro afirmou ter sido informado de que o advogado teria se encontrado com o presidente da seguradora do grupo, João Elísio Ferraz de Campos.

Respondendo ao relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), Vieira disse que só agora está falando da intervenção e posterior venda do Bamerindus porque antes o caso estava sob sigilo judicial. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu ao ex-banqueiro que desse os nomes de funcionários do BC que espalharam boatos sobre o Bamerindus. "Se eu tivesse provas contra eles, iria direto à polícia", disse Vieira.

## "Os ingleses ganharam o banco e os acionistas perderam tudo"

Os R\$ 5,7 bilhões do Proer que o Banco Central usou no Bamerindus já foram quitados e a única dívida agora é com o Fundo Garantidor de Crédito (mantido pelos bancos), de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. "O Bamerindus já pagou tudo ao Proer", afirmou à CPI ontem o ex-controlador do banco, José Eduardo Andrade Vieira. Para pagar esta dívida, "o Bamerindus tem uns R\$ 5 bilhões a receber de empresas nacionais", acrescentou.

Depois de um ano sob intervenção do Banco Central, a "parte boa" do Bamerindus foi vendida ao banco inglês Hong Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC). A chamada "parte podre" está em liquidação extrajudicial no Banco Central. Em seu depoimento à CPI, Andrade Vieira criticou pesadamente o Banco Central na negociação com o HSBC.

— O HSBC recebeu milhões e milhões do Banco Central para ficar com a parte boa do Bamerindus. A parte podre foi paga pelos acionistas do

José Eduardo Andrade Vieira afirmou que os ingleses do HSBC agiram "como corsários"



Bamerindus. Na verdade, os ingleses ganharam o banco. Já os milhares de acionistas do Bamerindus perderam tudo — lamentou Andrade Vieira. Questionado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), Vieira disse que especialistas avaliaram a marca Bamerindus "entre R\$ 2 bilhões e R\$ 2,5 bilhões", mas na negociação entre o Banco Central e o HSBC a marca foi vendida "por apenas R\$ 381 milhões". O ex-senador lamentou que, antes da intervenção do BC, o

Bamerindus estava negociando com o HSBC, o qual chegou a comprar 6% das ações do banco brasileiro. No entanto, depois de reuniões no Banco Central, o HSBC desistiu da negociação e anunciou, em Londres, que estava considerando o investimento no Bamerindus como perdido. Para Andrade Vieira, "os ingleses agiram como corsários", pois sabiam que isso enfraqueceria ainda mais a instituição brasileira.

# Osmar Dias quer revitalizar setor alcooleiro

Senador lembra que usinas açucareiras e destilarias de álcool empregam 1,3 milhão de pessoas e garantem US\$ 18 bilhões ao ano à balança comercial. "Não podemos deixar essas atividades à própria sorte", recomenda

Proposta de revitalização do setor de álcool e açúcar foi apresentada ontem em plenário pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). "Não podemos deixar essas atividades à própria sorte", disse o senador paranaense, referindo-se à redução do consumo interno do álcool e à queda de 48% nos preços internacionais do açúcar em função do excedente do produto existente hoje no mundo.

Osmar Dias procurou mostrar a importância de plantações de cana, usinas açucareiras e destilarias de álcool, que empregam 1,3 milhão de pessoas, movimentam US\$ 18 bilhões ao ano e propiciam ganho de US\$ 4 bilhões para a balança comercial, seja com exportações, seja com a substituição de importações de combustíveis. O crescimento do setor sucroalcooleiro, entretanto, tem sido pequeno. No início de 1990, o Brasil produzia 223 milhões de toneladas de cana. Em 1998, a produção foi de 320 milhões de toneladas – evolução de apenas 100 milhões de toneladas.

"A culpa não é só do governo brasileiro, mas governo existe para assistir os setores em dificuldade", afirmou Osmar Dias. "Não devemos, entretanto, tomar medidas de alcance circunstancial." O senador propõe a melhoria da infra-estrutura de por-



Osmar acredita que governo deve assistir "setores em dificuldade"

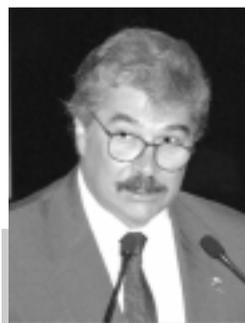
tos de modo a adequar as instalações aos produtos do setor e baratear os embarques. Defende também maiores investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para modernizar, automatizar e ampliar a produção.

Osmar Dias voltou a falar sobre a polêmica em torno dos alimentos transgênicos (geneticamente modificados). Ele concorda em que os transgênicos só devem ser liberados depois de examinados todos os aspectos científicos, sanitários e mercadológicos, mas alertou que não se deve fazer discussão apaixonada sobre o assunto, sob pena de jogar fora benefícios para a economia do país e o meio ambiente. Ele advertiu que entre os adversários dos transgênicos estão os fabricantes de agrotóxicos, uma vez que a soja geneticamente modificada contribui para a diminuição do uso de defensivos.

Osmar Dias foi aparteado pelo senador Tião Viana (PT-AC), que pediu prioridade para a saúde humana na discussão sobre os transgênicos. "Há uma violenta pressão para condicionar a aprovação dos alimentos geneticamente modificados ao fator lucro", disse Viana.

## Patrocínio defende estímulo a novas fontes de energia

Visando à redução do consumo de energia elétrica, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) encaminhou proposta que determina a inclusão, obrigatória, do uso de novas fontes energéticas – gás natural, álcool, carvão, energia solar e termonuclear – em programas governamentais para o setor. O



Carlos Patrocínio sugere substituição de chuveiro elétrico

drão de aquecimento de água para o banho – informou Patrocínio ao lembrar a situação de escassez de energia elétrica que o país pode vir a enfrentar no futuro. O senador também se preocupa com os recursos necessários para a expansão da capacidade de geração e transmissão de energia, como a construção de mais usinas hidrelétricas.

Carlos Patrocínio destacou, ainda, o papel que o Conselho Nacional de Política Energética passa a ter com a alteração da lei atual, pois é o órgão responsável pela fixação das normas e detalhes que serão aplicados em cada região.

## PROJETOS

### Luzia propõe um dia alternativo para concursos



Luzia Toledo pretende proteger adventistas

Todo concurso público, exames vestibulares, certames eleitorais ou qualquer outro tipo de provas destinadas ao preenchimento de vagas em órgãos públicos ou privados terão um dia alternativo para os que alegarem impedimento por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política, de acordo com projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

A proposta da senadora tem por objetivo atender fiéis de grupos religiosos, como os da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Conforme informou, os adventistas têm por costume guardar o descanso semanal no sábado,

que os impede de exercerem qualquer atividade não-religiosa. O projeto garante mecanismos de isonomia na avaliação dos que prestarem exames nas datas regulares e aqueles que optarem pelo dia alternativo.

Para a senadora, a própria Constituição garante que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, "ficando evidente que todos os concursos deverão contemplar os impedimentos religiosos, como é o caso dos adventistas do Sétimo Dia", concluiu Luzia Toledo. O relator da matéria na CCJ é o senador Carlos Wilson (PSDB-PE).

### Servidor que ajuda deficiente pode ter horário especial



Geraldo Cândido lembrou cuidados especiais

Projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência física, sensorial ou mental será relatado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pelo projeto, os servidores públicos nessa situação poderão ter redução de carga horária ou horário especial de trabalho, sem redução salarial. A concessão desses benefícios levará em conta o grau de deficiência, o nível socioeconômico do servidor e o número de portadores de deficiência sob sua responsabilidade.

Em sua justificativa, Cândido lembrou que os portadores de deficiência exigem cuidados especiais dos responsáveis por sua guarda e que o projeto vem responder a antiga reivindicação de pais e mães de deficientes.

– Há necessidade de acompanhamento constante dos pais no desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais, responsáveis que são pela educação, saúde e bem-estar desses indivíduos – afirmou o senador.

Após citar o artigo 23 da Constituição federal, que determina ser da competência da União, estados, Distrito Federal e municípios "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência", o senador sustentou que "nada mais justo que garantir que os próprios pais e mães, funcionários públicos, prestem assistência, durante uma parte do dia, a essas pessoas, seus dependentes".

### Maguito sugere pena maior para seqüestrador



Maguito Vilela exclui regime semi-aberto

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) é o relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que aumenta de 30 para 45 anos o tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade, a fim de aplicar esse novo limite aos autores de crime de extorsão mediante seqüestro. Pelo Código Penal Brasileiro, os seqüestradores estão submetidos à pena de reclusão, de oito a 15 anos, se o delito não for acompanhado de agravantes. Pelo projeto, a pena nesse caso passa para a de reclusão, de 30 a 45 anos.

A proposta do senador goiano prevê a pena de reclusão, de 45 anos, no caso de o seqüestro resultar em morte e na hipótese de o seqüestrado ser menor de 18 anos, maior de 70 anos ou deficiente físico. Já o Código em vigor estabelece, no caso de o seqüestro resultar em morte, pena de re-

clusão, de 24 a 30 anos, não faz referência ao seqüestro de idosos e de deficientes e fixa a pena de reclusão, de 12 a 20 anos, se o seqüestrado for menor de 18 anos.

Pela proposta de Maguito, todas as penas aumentam, nas hipóteses de agravantes. O Código Penal Brasileiro determina a pena de reclusão, de 12 a 20 anos, se o seqüestro durar mais de vinte e quatro horas, se o seqüestrado for menor de 18 anos ou se o crime for cometido por bando ou quadrilha. O projeto do senador aumenta essa pena para reclusão, de 35 a 45 anos.

De acordo com o projeto, fica suprimida a possibilidade de, após a aplicação da pena, o Juízo de Execução vir a abrandá-la, transformando a pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

# Álvaro exige fim da cobrança sumária de dívida do SFH

Parlamentar questiona constitucionalidade de decreto-lei que permite a realização de leilão de imóveis vendidos pelo Sistema Financeiro da Habitação sem que os mutuários tenham direito a defesa

Ao analisar o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu a revogação do Decreto-Lei 70/66, que permite a realização de leilão de imóveis dos mutuários inadimplentes sem que lhes seja dado o direito de defesa. O decreto-lei, que permite instaurar processo de cobrança sumária, é inconstitucional, na opinião do senador paranaense, e "foi editado com a nítida intenção de favorecer os agentes financeiros do SFH em detrimento dos mutuários".

Álvaro Dias encaminhou solicita-

ção à Consultoria Legislativa do Senado para que seja feita uma avaliação da constitucionalidade do decreto-lei. "O objetivo é a decretação, no todo ou em parte, de sua inconstitucionalidade", explicou o senador, lembrando que a Constituição concede à Mesa do Senado a prerrogativa de propor ação neste sentido.

O senador disse que as atuais regras do SFH têm levado grande parte dos



Álvaro Dias enfatiza o total desvirtuamento dos objetivos sociais do SFH

mutuários à inadimplência. Segundo ele, dos 2.350 mil contratos ativos no país, 350 mil estão com as prestações em atraso.

– O sistema foi criado como política social, mas logo adotou um esquema eminentemente empresarial no tratamento das questões habitacionais, prejudicando os adquirentes da casa própria e empurrando-os para a falência total. E a falência dos mutuários implica, necessariamente, a falência do próprio sistema – analisou.

Um dos maiores absurdos do SFH, na opinião do senador, é a for-

ma de cálculo do Fundo de Compensações das Variações Salariais, que permite que ao atingir 95% do prazo de resgate do financiamento, pouco ou quase nada do saldo devedor tenha sido amortizado.

– O dinheiro que desembolsaram cobriu quase que apenas juros, taxas e seguros, restando ao mutuário requerer a dilação do prazo. O sistema lhe concede mais 50% do prazo original. Ao final desse novo prazo, ainda resta um significativo resíduo de saldo devedor, o qual terá que ser pago em 48 horas – criticou.

## Senador defende na TV a reforma do Legislativo

O senador Álvaro Dias propõe uma reforma estrutural do Poder Legislativo em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 8h30 e 20h30. Para viabilizar a mudança, ele já apresentou três propostas de emenda à Constituição e um projeto de lei complementar ao Congresso.

Álvaro acredita que há vereadores e deputados demais no Brasil. Pela sua proposta, o país economizaria R\$

700 milhões com a redução do número de parlamentares. "Não é só economia. Teremos parlamentares mais qualificados e respeitados pela opinião pública."

Ele destaca a importância da modernização do Estado num momento em que recente "pesquisa da Unesco revelou que 25% dos jovens do Rio de Janeiro acreditam que a ditadura é o melhor regime".

## Eduardo Siqueira Campos cobra apoio aos pequenos agricultores

A adoção de uma política agrícola eficiente, que privilegie a produtividade e proporcione estímulos ao pequeno produtor, foi defendida pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Ele apelou ao ministro da Agricultura e Abastecimento, Francisco Turra, para que, na nova política agrícola a ser instituída no país, os pequenos agricultores tenham a atenção que merecem, e possam – com mais crédito, assistência e acesso aos insumos – não apenas sobreviver, mas produzir mais e fortalecer a agricultura brasileira.

Com base em dados de estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),

Eduardo Siqueira Campos disse que, no Brasil, "simplesmente 6,7 milhões de pequenos agricultores estão com sua sobrevivência seriamente ameaçada, porque estão plantando e criando animais em níveis de produtividade excessivamente baixos".

Ele citou conclusão da coordenadora da pesquisa, Beatriz de Albuquerque, de que os lavradores precisam produzir algo que dê renda monetária, com acesso ao crédito, à tecnologia e ao mercado. E ressaltou que o governo do Tocantins tem desenvolvido vários programas de assistência aos pequenos e médios lavradores. "Mas, sem uma



Eduardo Siqueira Campos diz que a sobrevivência de 6,7 milhões de produtores está ameaçada

nova política agrícola, as iniciativas em questão esbarram na falta de crédito e de acesso à tecnologia", disse.

## Piva prega proibição total do fumo em aviões

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou proposta determinando a proibição do fumo em toda e qualquer aeronave brasileira, em viagens de qualquer duração que tenham origem ou destino em aeroportos nacionais. Sua intenção, explicou, é tornar lei uma decisão judicial, concedida por liminar pela Justiça Federal no Rio Grande do Sul, que já está sendo cumprida nos vãos brasileiros. A legislação em vigor proíbe o fumo apenas na primeira hora de viagem.

Na justificativa, Piva observou que a restrição ao uso de produtos de tabaco nos aviões é uma recomendação antiga (de 1991) da Organização Mundial de Saúde, segundo a qual todos os países signatários – entre eles, o Brasil – deveriam restringir o fumo em aeronaves de passageiros. A medida também faz parte de um compromisso da Organização da Aviação Civil Internacional, de 1995, que recomendou o banimento do fumo em todos os vãos internacionais.

– Há pelo menos 30 anos estão descritos os malefícios causados



Projeto de Piva prevê que quem fumar a bordo desembarcará na primeira escala da viagem

pela poluição do tabaco à saúde de passageiros de aviões – alertou Piva, que proíbe, em seu projeto, o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos e cachimbos, além de prever que o infrator seja desembarcado na primeira escala da viagem em curso.

Além dos riscos para a saúde, o senador citou ainda a questão da segurança nos vãos, pois as pontas de cigarros acesas e jogadas em lixeiras ou no chão da aeronave podem causar incêndio a bordo.

## Para João Alberto, pobreza é o maior desafio ao desenvolvimento ecológico

"Enquanto houver pobreza, não haverá condições para uma ecologia desenvolvida e de qualidade total", afirmou o senador João Alberto (PMDB-MA), em pronunciamento no qual saudou o Dia Mundial da Ecologia e do Meio Ambiente, celebrado no último dia 05.

– Com pobreza, os abastados depredam porque são ávidos, os pobres poluem e destroem porque não têm consciência e precisam sobreviver – afirmou ele.

O senador denunciou a ação predatória que os sistemas econômicos têm exercido sobre o planeta. E citou dados da Convenção das Nações Unidas sobre Desertificação, realizada em 1998, segundo os quais 33% da superfície da Terra estão ameaçados de desertificação e 16% já são cons-



Com a pobreza, "os abastados depredam e os pobres poluem", afirma João Alberto

tituídos de desertos.

A qualificação do ser humano para a vida na Terra representa o maior desafio para que exista uma "ecologia de qualidade", na avaliação do senador. Para ele, não haverá ecologia e meio ambiente sa-

dios e auto-sustentáveis "fora de um realismo fundado em estruturas sérias asseguradoras e promotoras da justiça". Por isso, João Alberto defende a necessidade de uma justiça traduzida em oportunidades de trabalho e emprego, em condições para cuidar da educação e da saúde, em espaço para o lazer, para a participação e a responsabilidade de todos.

O senador manifestou seu entendimento de que "o Brasil tem grandiosos horizontes nesse campo".

– Tenho certeza e faço votos no sentido de que meu grande amigo e competente ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, projete nosso país, posicionando-o na vanguarda das nações que bem cuidam do meio ambiente.

# Mesa-redonda discute regulamentação da biotecnologia

Procuradores defendem exigência de estudo de impacto ambiental para culturas transgênicas. Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança afirma que o órgão “vem trabalhando com afinco”

O Congresso Nacional precisa debater todas as questões ligadas a clonagem e produtos transgênicos, para que possa firmar um consenso quando da votação de leis que estejam relacionadas a matérias dessa natureza. A afirmação foi feita pela senadora Marina Silva



(PT-AC) após encerrar ontem os trabalhos da mesa-redonda denominada “A Regulamentação da Biotecnologia no Brasil”, que fez parte do seminário “Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas”, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O primeiro a participar dos debates foi Aurélio Virgílio Veiga Rios, procurador da República, que não poupou críticas à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio – por ter dispensado o estudo prévio de impacto ambiental para a soja transgênica. Para ele, é fundamental que sejam previstos riscos ambientais em toda sua extensão, “o que não foi feito por aquela comissão”.

Rios também apontou falha na política da CTNBio para os produtos transgênicos na questão da rotulagem. A seu ver, o consumidor deve ser informado, clara e precisamente, sobre o que está comendo.

– A biotecnologia veio para ficar e tem como objetivo mudar, para melhor, a agricultura brasileira – disse o procurador, certo de que a nova técnica será responsável pelo aumento da produção.

O segundo convidado a tomar par-

te da mesa-redonda foi Antônio Hermann Benjamin, procurador de Justiça do estado de São Paulo. Ele fez uma análise da nova Lei de Crimes contra o Meio Ambiente, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Improbidade Administrativa, todas envol-

rendo produtos transgênicos. Ressaltou que o Código de Defesa do Consumidor, no seu artigo 63, já permite um controle rigoroso com relação à rotulagem de transgênicos. Disse, também, que a dispensa de estudos de impacto ambiental é inconstitucional, estando os infratores sujeitos a severas penas no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa.

Luís Antônio Barreto de Castro, presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, foi o último a tomar parte da mesa-redonda. Disse que o órgão que preside desde 1997 já emitiu a inúmeras empresas certificados de qualidade de biossegurança, “o que demonstra que vem trabalhando com afinco”.

Depois de fazer um relato de como funciona a CTNBio, Luís Antônio negou-se a comentar os aspectos jurídicos que envolvem a biotecnologia. “Sou apenas um cientista”, disse, defendendo projetos destinados a aumentar o valor protéico e nutritivo de alguns alimentos, como o feijão. Tomou parte da mesa-redonda, ainda, como debatedor, Marcelo Varela, professor universitário de Santa Catarina.



Senadores Leomar Quintanilha e Marina Silva (C) com os participantes da mesa-redonda sobre regulamentação

## Para Lúcio Alcântara, debate não deve ser movido por paixões

Ao presidir a mesa-redonda sobre o tema “Bioética e Biossegurança: Limites e Interfaces”, integrante do seminário “Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas”, uma promoção da Comissão de Assuntos Sociais, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que os debates sobre o assunto não podem se pautar em paixões irracionais. Ele defendeu muita prudência nas deci-



Lúcio Alcântara

sões sobre clonagem e transgênicos.

– Este seminário está permitindo o debate, as discussões e os esclarecimentos sobre o tema clonagem e transgênicos. Espero que, com o prosseguimento dos trabalhos, comecemos também a criar consensos sobre o assunto. Não só a comunidade científica, mas as pessoas de um modo geral, que são os destinatários finais dos avanços tecnológicos

– ressaltou o senador.

Lúcio Alcântara também comunicou que propôs a criação de uma Comissão Nacional de Bioética pelo Senado. Ele ressaltou a importância da comissão para promover o debate, a discussão e o aprofundamento do estudo sobre o tema. O senador pelo Ceará disse que o ideal seria que a comissão fosse implantada no governo, mas lembrou que somente o próprio Executivo tem competência constitucional para promover modificações na sua estrutura.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 – Especial Unip – Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Pressão alta – 2ª parte  
6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Natação para bebês  
7h30 – Especial Unip – Assunto: Pressão alta – 2ª parte  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Jornal do Senado  
8h30 – Entrevista – O senador Álvaro Dias fala sobre a reforma do Poder Legislativo  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Debate – O senador Tião Viana e o embaixador cubano Ramon Sanches debatem sobre a saúde da família  
10h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Sessão Conjunta da CAE e da CAS  
14h30 – CPI do Judiciário (gravação)  
20h30 – Entrevista – O senador Álvaro Dias fala sobre a reforma do Poder Legislativo.  
21h – Jornal do Senado  
21h15 – Debate – O senador Tião Viana e o embaixador

cubano Ramon Sanches debatem sobre a saúde da família

21h55 – Senado em Pauta  
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – Agenda Senado  
Em seguida – Música e informação  
10h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida – Música e informação  
19h – “A Voz do Brasil”  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”  
Em seguida – Música e informação  
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida – Música e informação

## Marina leva a ministro preocupação ambiental

A senadora Marina Silva (PT-AC) promoveu um encontro, na terça-feira, de dez organizações não-governamentais com o ministro da Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira. O objetivo foi relatar ao ministro os problemas que o Brasil poderá ter com a liberação dos produtos geneticamente modificados, pois não há, de acordo com a senadora, pesquisas científicas que comprovem a eficiência das sementes e sua total segurança em relação à saúde da população e à preservação do meio ambiente.

Estiveram presentes representantes da Associação Agrícola do Rio Grande do Sul, OAB-DE, Greenpeace, Instituto de Defesa do Consumidor, Assessoria a Projetos em Tec-

nologia Alternativa, Federação de Associações de Assistência Social, Action Aid (ONG inglesa), Inesc e outras.

Os ambientalistas e a senadora reforçaram o pedido de cautela com relação aos produtos transgênicos. Observaram que as sementes foram liberadas porque a alteração genética faz com que fiquem mais adaptadas a um tipo de herbicida, que só é produzido pela empresa que fornecerá as sementes modificadas. Para Marina, isso significará uma completa dependência do Brasil a uma empresa multinacional, que, por sua vez,



Marina promoveu encontro de dez entidades com ministro

praticará o que se chama de “venda casada”, proibida pelo Código do Consumidor.

Durante a reunião, foi acentuado que a maior preocupação dos ambientalistas e organizações de defesa do consumidor é com o impacto que os transgênicos poderão provocar em curto, médio e longo prazos. Lembrou-se o uso do DDT no combate à malária, na década de 70. Na época, o produto foi utilizado indiscriminadamente e o tempo mostrou seu impacto negativo sobre as pessoas e o meio ambiente.

# Produto geneticamente modificado gera dúvida

População ainda não sabe se compraria alimentos alterados, segundo pesquisa divulgada durante o seminário sobre clonagem e transgênicos

Pesquisa realizada em três capitais brasileiras constatou que a maioria da população não tem uma posição definida sobre se compraria ou não algum alimento geneticamente modificado. A informação foi fornecida pela membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Leila Oda, durante os debates da mesa-redonda "Bioética e Biossegurança: Limites e Interfaces", evento integrante da programação do seminário "Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas".



Leila Oda registrou que foram pesquisados 600 frequentadores de supermercados. A maioria dos questionários apontou que as pessoas estão percebendo melhoramentos na qualidade dos alimentos.

Por outro lado, ela destacou que, enquanto em Porto Alegre a maioria das pessoas consultadas já ouviu falar em biotecnologia, em São Paulo o resultado foi o inverso.

Outro participante da mesa-redonda, o professor Volney Garrafa, da Universidade de Brasília, defendeu que o Brasil adote

uma posição de prudência diante das questões relacionadas com clonagem e transgênicos. Ele criticou os debates que vêm sendo realizados sobre o tema, por estarem sendo pautados pelo maniqueísmo.

Na opinião de Volney Garrafa, se fosse realizado um plebiscito no Brasil sobre a liberação do plantio dos produtos geneticamente modificados, a resposta seria negativa. Ele justificou que a população sente-se temerosa por não ter conhecimentos suficientes sobre o assunto e também por não ter confiança no governo como um fiscal que possa garantir que os transgênicos não oferecerão riscos à saúde.

## Pesquisador quer proibir clonagem humana

O pesquisador do Instituto Ludwig de Pesquisas sobre o Câncer, Andrew Simpsons, disse ontem que a clonagem humana deveria ser proibida para sempre. Por outro lado, ele defendeu a clonagem de animais e acrescentou que para este tipo de manipulação genética não seria necessário nem regulamentação. As duas opiniões foram emitidas no grupo de trabalho que discutiu o tema "Biotecnologia x Saúde", dentro do seminário "Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas".

Andrew Simpsons sugeriu a liberação de maiores recursos para as pesquisas no Brasil. Ele alertou que os investimentos na área de ciências são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país. Entre as pesquisas importantes que poderiam ser priorizadas pelo governo ele citou as de vacinas de DNA e o transplante de órgãos e células.

Já a bióloga Mayana Zatz, da Universidade de São Paulo, alertou para a necessidade de uma legislação que coíba os excessos da fertilização *in vitro*, que vem sendo utilizada de maneira crescente. Ela opinou que uma lei deveria obrigar que os casais fossem informados de que a infertilidade de um dos dois poderia ser de origem genética, o que aumentaria as chances de o feto ter vários problemas. Segundo a bióloga, atualmente poucos



profissionais alertam seus pacientes sobre esse risco.

No grupo de trabalho que debateu o tema "Biotecnologia e Legislação", a vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glacy Zancan, sugeriu que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) tivesse sua competência ampliada e deixasse de apenas emitir pareceres, passando também a decidir sobre o registro de novos produtos para sofrerem alterações genéticas.

A vice-presidente da SBPC também falou da necessidade de serem alocados mais recursos para analisar os riscos dos alimentos geneticamente alterados. Para isso, ela propôs a elaboração de um projeto que estabeleça a co-

brança de um percentual, que poderia ser calculado entre 0,3% ou 0,5%, sobre o faturamento das empresas transnacionais produtoras de agrotóxicos ou que venham a plantar sementes transgênicas.

Ressaltar a necessidade de popularizar para o cidadão as questões científicas foi a contribuição apresentada pelo ex-deputado federal Paulo Romano, que participou do grupo de trabalho sobre "Bioética". Ele manifestou preocupação em constatar frequentemente a distância que o cidadão comum tem da realidade científica. No mesmo sentido, o membro da Sociedade Brasileira de Bioética, Mário Toscano, propôs a divulgação dos avanços científicos na área de biotecnologia para a população.

## SBPC defende limites éticos na manipulação de genes

Em sua participação no debate "Clonagem e Transgênicos: Riscos e Benefícios", realizado no início da noite de ontem, a vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glacy Zancan, defendeu a necessidade de que sejam estabelecidos limites éticos na manipulação de genes. O outro debatedor, o pesquisador Julian Kinderlerer, da Universidade de Sheffield, no Reino Unido, propôs que as análises para autorização de plantio de transgênicos sejam feitas caso a caso.

Zancan esclareceu em seu pronunciamento que é favorável ao emprego da técnica de manipulação genética tanto para trazer benefícios na área de saúde quanto na de alimentação. Por outro lado, por considerar uma tecnologia nova e perigosa, ela condicionou sua utilização à realização de estudos aprofundados para avaliar os riscos.

A vice-presidente da SBPC alertou para a importância de se pensar e discutir também a clonagem de animais e de órgãos para transplantes terapêuticos.

— O Estado tem que se preparar para fazer análise dos riscos que essas técnicas podem oferecer. Para isso é indispensável a alocação de

recursos para investimentos em pesquisas. O Brasil tem que implantar uma estrutura técnica competente para avaliar esses riscos — sugeriu Glacy Zancan.

Já o pesquisador do Reino Unido considerou que as modificações genéticas tanto em animais quanto em vegetais representam uma questão crítica. Julian Kinderlerer previu que o próximo século será conhecido como o da biotecnologia. Ele falou da necessidade do aprofundamento das pesquisas sobre clonagem e transgênicos para definir que benefícios poderão ser conquistados, e quais riscos a humanidade deve aceitar correr.

Kinderlerer confessou que é impossível qualquer pessoa dizer

que poderá eliminar todos os riscos ao manipular genes. Ele acrescentou que, como cientista, se recusa a dizer que um determinado alimento transgênico é seguro ou não. "O que posso afirmar é que ele é tão seguro quanto qualquer outro que já existe no mercado." Sobre a soja com gene tolerante à herbicida, o pesquisador disse que a proteína que ela produz poderia causar problemas a uma pessoa alérgica, mas que isso seria difícil.

*Para cientistas, é preciso aprofundar as pesquisas sobre os riscos trazidos pela biotecnologia*

## Audiência pública reúne hoje três ministros

O seminário "Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas", que está sendo realizado pelo Senado Federal desde a última terça-feira, termina hoje com a realização de uma audiência pública sobre o tema "Agronegócios".

O evento, que é uma promoção conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), será realizado às 10 horas.

A sugestão da reunião foi do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, exerceu o cargo de ministro da Agricultura.

Está prevista a participação nos debates dos ministros da Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos



Arlindo Porto

Bresser Pereira; da Agricultura, Francisco Turra, e do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

Também foram convidados os presidentes da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia, Antonio Paes de Carvalho; da Confederação

Nacional da Agricultura, Antonio Ernesto de Salvo; e da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Carlos Suplicy Hafers, além do representante da Organização das Cooperativas Brasileiras, Ivo Carrara.

Antes da audiência pública, haverá, a partir das 9 horas, a plenária geral do seminário, na qual serão apresentados os relatórios dos grupos de trabalho, conclusões e recomendações em forma de documento.

# Novo prazo de filiação partidária abre polêmica

Projeto do senador Jorge Bornhausen, que amplia para quatro anos o período mínimo de ligação do candidato à agremiação, tem votação mais uma vez adiada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu adiar, mais uma vez, a apreciação e votação do projeto de lei que modifica a legislação partidária, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). O projeto, que é terminativo na CCJ, deverá ser examinado novamente na próxima reunião da comissão, conforme anunciou o presidente da CCJ, José Agripino Maia (PFL-RN).

O projeto estabelece que, para concorrer a cargo eletivo, majoritário ou proporcional, o eleitor deverá estar filiado ao partido pelo prazo de um ano, no caso de ser sua primeira filiação. Se o candidato já foi filiado a outro partido político, esse prazo aumenta para quatro anos, salvo em casos de fusão ou incorporação partidária, ou ainda se o candidato for fundador de novo partido político.

O relator da matéria, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), sugeriu o adiamento da discussão e votação da matéria, tendo em vista que a comissão já não tinha o *quorum* necessário para apreciar o projeto, após muita discussão sobre o assunto.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) foi o primeiro a falar contra o projeto, considerando-o inconstitucional, por não levar em conta di-

reitos e garantias individuais, no caso da opção por mudar de partido político num período menor do que quatro anos. Disse ainda que o projeto fere princípios democráticos e de cidadania, além de discriminar os que já têm mandato ou filiação partidária e os que ainda não os têm.

José Eduardo Dutra (PT-SE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordaram com os argumentos de Freire, considerando o projeto inconstitucional. Ambos alertaram que votariam contra a matéria se fosse colocada em votação.

José Fogaça (PMDB-RS) também criticou o projeto, alegando que o prazo de quatro anos é "muito rígido" e que o de dois anos seria o ideal. Fogaça disse que, durante as discussões sobre a matéria na Comissão Especial sobre a Reforma Político-Partidária, defendeu o prazo de dois anos de filiação partidária para que o candidato

**Quatro senadores defenderam a proposta e outros quatro condenaram as mudanças**

## Sai de pauta projeto que acaba com limite para urgências

Atendendo a apelo dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator do projeto de resolução que acaba com o limite de apreciação, pelo plenário, de dois requerimentos de urgência por sessão, solicitou a retirada do projeto da pauta para nova avaliação da proposta.

De acordo com parecer apresentado ontem ao projeto de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), Cabral aceitou a supressão do dispositivo do Regimento Interno que restringe a aprovação de pedidos de urgência. A decisão foi tomada com base em resolução de 1993. O próprio relator sugeriu que, para permitir uma melhor apreciação

do tema, os senadores pedissem vistas da matéria.

– Temos que ter cuidado na rapidez dada à tramitação de projetos. Eles já andam rápido demais. Esse dispositivo é um dos poucos que dão limites e garantem que os senadores poderão ter conhecimento dos projetos – argumentou Simon.

Para Dutra, o projeto de Estevão pode acabar com uma das conquistas dos trabalhos do Senado, que é a previsão mensal da pauta do plenário.

– Se retirada a limitação, na prática a maioria poderá sempre estabelecer a pauta da sessão com antecedência de dois dias. Assim, outras matérias vão acabar sem possibilidade de entrar na Ordem do Dia – analisou Dutra.



A CCJ não conseguiu chegar a um consenso sobre a proposta que estimula fidelidade partidária

concorra às eleições.

Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a fidelidade partidária, observando que a sociedade não tolera mais a troca constante dentro dos partidos políticos. Ressaltou que a matéria é complexa e precisa ser analisada em conjunto com outras propostas da reforma política. Tebet disse que também considera rígido o prazo de quatro anos estabelecido pelo projeto, mas criticou a lei atual, que fixa o prazo de um ano, o que possibilita, segundo ele, a migração partidária constante no país.

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que entende a preocupação de Roberto Freire e dos demais senado-

res, mas observou que o Congresso precisa aprovar regras político-partidárias definitivas, para que não se façam mudanças de acordo com as necessidades de grupos em cada eleição.

Amir Lando (PMDB-RO) defendeu o projeto, embora considere a matéria "complexa". Álvaro Dias (PSDB-PR) também apoiou o projeto, dizendo que é uma alternativa que se apresenta para a instituição da fidelidade partidária no país. No final da reunião, José Eduardo Dutra sugeriu que, na próxima reunião da CCJ, os senadores tenham a opção de examinar outras propostas que tratam da fidelidade partidária, além do projeto em questão.

## Francelino registra posse de Murilo Mello Filho na ABL

A posse do jornalista Murilo Mello Filho na Academia Brasileira de Letras foi registrada ontem pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que destacou a dezena de livros por ele publicados e os seus encontros com grandes líderes que escreveram



Francelino Pereira recordou presença "discreta" de Mello Filho em grandes momentos da história

a história mundial.

– Em cinco décadas de carreira, Murilo Mello Filho foi personalidade singular do jornalismo e das letras nacionais, definido por seu companheiro e amigo Roberto Muggiati como "radicalmente jornalista, cronista instantâneo da história", observou o senador.

Para Francelino, o que talvez mais singulariza Mello Filho seja sua presença discreta, mas perspicaz, nos grandes momentos da vida nacional. Ele lembrou dois desses momentos: em 1954, na crise que levou João Café Filho ao poder; e em 1961, na renúncia de Jânio Quadros, quando levou pessoalmente a carta do presidente ao deputado Abelardo Jurema.

## Paulo Hartung homenageia o poeta capixaba Geir Campos

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) homenageou o poeta capixaba Geir Campos, que faleceu há dois meses, com 75 anos de idade, vítima de câncer linfático. Geir é o autor do Hino de Brasília e tinha como convicção de vida que "nossa maior tarefa é a construção de um mundo novo e muito mais humano", lembrou.

Hartung disse que, apesar de o poeta não ter obtido grande notoriedade, foi figura significativa da literatura brasileira, sendo o autor de centenas de poesias e contos, tradutor de mais de 15 obras literárias – entre elas poemas de Rilke, Whitman e Brecht – e membro ativo do PSB. Geir foi também diretor da Biblioteca Nacional e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, cidade para a qual se mudou aos três anos de idade, tendo morado em Niterói por mais de 50 anos.

Para Paulo Hartung, as qualidades literárias de Geir são incontestáveis, como demonstra a antologia, lançada recentemente pelo poeta Moacyr Félix, intitulada *41 poetas do Rio*.



Hartung elogiou a produção literária de Geir Campos